



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

A.A.S.-99

N O T A

Para: Senhora Secretária de Estado Adjunta

De: Margarida Coelho

Data: 15 de Novembro de 1979

Assunto: "Comunicação ao Seminário sobre o
"Desenvolvimento Regional e Trans-
formação da Rede Urbana", em 11
de Outubro/79, em Coimbra".

Foi-me pedido pela Comissão para a Investigação Urbana e Regional o texto completo da comunicação citada em epígrafe, dado o número de participantes ao referido Seminário que a têm solicitado.

Na sequência da Nota AAS-66, entrego também um exemplar, porque por um lado, julgo que as afirmações que faço poderão ser confundidas com as funções que exerço e por outro lado porque já recorri a partes deste texto para elaborar Pareceres internamente o que dá algum paralelismo em certas afirmações feitas.

Margarida Coelho

SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TRANSFORMAÇÕES DA REDE URBANA

A "CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO"
UM FACTOR NO EQUILIBRIO DA
REDE URBANA PORTUGUESA

Fundação Cuidar o Futuro

Coimbra, 11 de Outubro de 1979

Margarida Coelho

A "CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO" UM FACTOR NO
EQUILÍBRIO DA REDE URBANA PORTUGUESA

Margarida Coelho *

I - INTRODUÇÃO

Já é hoje do domínio público o interesse que todas as organizações internacionais (UNESCO, Conselho da Europa, Nações Unidas, OCDE, etc.) atribuem aos trabalhos apelidados de "renovação urbana" e que são essencialmente a defesa do património cultural (nos seus aspectos: natureza física, do ambiente e natureza construída pelo homem, desse mesmo ambiente).

Fundação Cuidar o Futuro

Dentro deste quadro existem dois grandes campos de acção:

- defesa dos centros históricos das cidades;
- e defesa do património rural.

A evolução que tem vindo a sentir-se do que são valores a preservar no caso do património edificado, está bem patente na evolução mesma, dos documentos internacionais assinados por numerosos países:

* Arquitecta do Fundo de Fomento da Habitação, responsável de 1977 a 79 entre outros pelo Programa de Renovação Urbana na Direcção de Habitação do Centro, Coimbra, actualmente destacada no Gabinete do Primeiro Ministro como Adjunta para os Assuntos Sociais.

- 1931 - Carta de Atenas
(dedicado ao monumento)
- 1966 - Carta de Veneza
(monumentos e sítios)
Notar especialmente o artº 14º
- 1978 - Carta de Veneza - texto revisto
(conjuntos arquitecturais e paisagísticos)

Os artigos deste último documento, a que faço referência neste texto, incluem-os em anexo (artº 14º a 19º).

É usual ser obrigatório, para ser possível, uma conservação do património existente que exista uma repartição equilibrada da população no território - ordenamento físico do território. E também uma equilibrada distribuição das actividades, evitando prioritariamente a mono actividade económica, em relação a um aglomerado ou a um centro de cidade - ordenamento económico.

Esta ideia está traduzida sobretudo no artº 18º do texto referido e em vários outros textos internacionais entre eles o Manifesto de Granada (ver Anexo 2) do Conselho da Europa, relativo ao património rural onde este problema se faz sentir do modo mais agudo.

No entanto o que me proponho aqui e dado o tema deste seminário é em demonstrar o inverso, isto é que para o "desenvolvimento regional" e para "a transformação da rede urbana" portuguesa é

essencial que exista uma política de conservação do património que possuímos, por razões económicas, por razões culturais e por razões sociais.

A "Conservação" no sentido do que vou definir como "conservação integrada" se não é um factor imprescindível no reequilíbrio da rede urbana nacional é pelo menos um factor importante com o qual se torne essencial entrar para uma "política do habitat".

As experiências que pretendo relatar e os limites impostos por uma comunicação deste tipo levam-me a circunscrever "património" ao "património arquitectural e urbano, isto é fundamentalmente à natureza construída pelo homem (aos edifícios e sítios construídos) embora esta "conservação" não deva estar divorciada da Natureza propriamente dita, que tem um valor científico e cultural, mas também estético, constituindo o que se poderá designar por "arquitectura verde".

II - A "CONSERVAÇÃO INTEGRADA" FACTOR DE EQUILÍBRIO DA REDE URBANA PORTUGUESA

Mas o que se entende hoje por "conservação integrada"?

Justamente partindo dos dois textos referidos, da Carta de Veneza e interpretando, na prática, os seis artigos do seu último texto, pode verificar-se três níveis diferentes de "integração".

1 - Conservação integrada porque o conteúdo e o continen

te se interligam, isto é porque o envólucro exterior deve traduzir as actividades que se passam no seu interior; as actividades e as pessoas são o conteúdo que dão justificação ao continente.

- 2 - Conservação integrada aos diferentes níveis de planeamento desde o ordenamento do território, ao micro-urbanismo, à política de solos e à paisagem; aqui terá que haver pluridisciplinariedade nas acções e cooperação entre os diferentes serviços e organismos, aos diferentes níveis de expressão do Poder.
- 3 - Conservação integrada ao nível da escolha, em que os habitantes e os utentes devem ser os principais actores dessa mesma conservação. É a via do diálogo e da concertação que é exigida, é uma verdadeira participação em todas as etapas de escolha e decisão.

Embora haja quem possa pensar que isto é utopia e irrealizável hoje, é já um facto que sem se caminhar aceleradamente neste sentido não haverá "conservação" e em seu lugar nascerão os desequilíbrios demográficos, económicos, culturais, sociais e consequentemente políticos.

É curioso notar que é sempre em alturas de crise eminente, de perigo de perda de um valor que se torne mais urgente a necessidade de o conservar. Gera-se então um movimento dialético em que por um lado há uma corrida para a conservação desse "valor", que pode ser considerada como uma atitude romantica e passaista

e há por outro uma alteração mesma do próprio sentido de valor. Só aceitando o diálogo, com os outros e com os acontecimentos, conseguiremos no final guardar os verdadeiros valores que traduzem o passado que se deve transmitir ao futuro, sem fantasmas nem angústias com a certeza de que muito ficará pelo caminho mas que as gerações futuras encontrarão pontos de referência, marcos históricos que os ajudarão a melhorar a qualidade de vida.

Porque toda esta problemática tem algo a ver com a nossa próxima entrada na CEE?

A - São factos existentes neste momento em Portugal:

- a) Desequilíbrios regionais acentuadíssimos em todos os domínios.

Mais de dois terços da população na orla costeira e o peso que a actividade agrícola tem embora se importe 60% do que comemos, são por si só números que não necessitam de comentários.

Dispensó-me mesmo de acrescentar seja o que for mais a este brevíssimo apontamento, matéria seguramente de comunicações dum alto valor técnico, que eu não poderia atingir.

- b) Delapidação acelerada do património também este facto está aos olhos de todos os que passam nas nossas estradas. A forma como se alteram as aldeias, como se degradam as cidades, como se constrói em solos privilegiados para agricultura, como se desfaz o património arqueológico, tem muito a ver com a altera

ção do nosso modelo cultural, mas tem muito mais a ver com uma corrida ao lucro fácil sem olhar a meios, com uma falta de educação de base neste domínio e uma indiferença da administração pública face a este domínio considerado duma elite cultural desligada do progresso tecnológico.

- c) Por outro lado há um facto com o qual se tem de entrar em linha de conta para prever qualquer acção de sinal contrário, são as grandes carências habitacionais de saúde e educação e o desemprego, que afectam grande parte da população portuguesa.

É neste contexto que se vai dar a entrada de Portugal na CEE, que também não está isenta de problemas socio-económicos internos e que nunca conseguiu ao longo dos seus anos de existência superar os desequilíbrios entre o Norte e Sul da Europa, entre o sector agrícola deficitário e o sector industrial excedentário.

B - Quais os meios de correcção que ainda são possíveis em Portugal:

- 1) Dos desequilíbrios regionais, acelerar a desconcentração administrativa e das actividades com uma regionalização efectiva; e uma descentralização a nível de um poder local actuante e consciente.

2) Da delapidação do património, com uma política socio-cultural através das quatro etapas necessárias:

1.^a Inventariação

2.^a Protecção

3.^a Conservação

4.^a Reabilitação

3) O combate às carências socio-economicas, necessita-
ria de um modelo alternativo de desenvolvimento
económico e aí o desenvolvimento agrícola e do in-
terior do país é básico para inverter o afluxo de
população a zona costeira e para passar para 40% a
alimentação importada. Mas ainda aqui uma política
socio-cultural adequada é urgente.

A entrada de Portugal a curto prazo na CEE é um da-
do, só é possível ainda introduzir correcções em propostas menos
vantajosas e aqui a acção da defesa do artesanato e do turismo é
urgente. Ambos podem servir a conservação do património, ambos
podem ajudar o reequilíbrio da rede urbana nacional e ambos são
dois aspectos altamente procurados pelas medidas económicas da
CEE.

Que turismo vamos ter em Portugal nos próximos anos
e para quem?

Quem vão ser os artistas-mágicos que conservarão o
nosso património socio-cultural?

Tudo isto face ao impacto de novos mercados e nova clientela que se avizinha, são perguntas sobre as quais gostaria de que houvesse uma troca de impressões alargada e interligando-a com os modelos de que usualmente se fala para o equilíbrio da rede urbana nacional.

No meio deste quadro de conjunto, as experiências levadas a cabo pelo FFH e no caso presente da DHC, sob a rubrica de "Renovação Urbana", são um pouco e duma forma dispersa experiências que mereciam ser ponderadas pelos seus aspectos positivos e variados.

Fundação Cuidar o Futuro

III - TRES ACÇÕES INTERLIGADAS COM A "CONSERVAÇÃO INTEGRADA"

Dos diferentes aspectos que toda esta problemática levante, como acções possíveis há três que me parecem de especial urgência e importância, e por isso as refiro dum modo especial, interligando-se com tudo que acabo de dizer.

O TURISMO representa hoje uma urgente linha de investigação a desenvolver.

Por oposição ao "turismo de massas", já posto em causa noutros países, por razões da conjuntura económica internacional mas também por razões Socio-económicas, Portugal tem necessidade de desenvolver "um turismo pobre", um turismo de interior e interno.

Num país em que a alimentação é subsidiada, a receita deixada pelos turistas (e pelos emigrantes) estará longe de ter um saldo positivo. Se se acrescentar a este facto investimentos caros em equipamentos e infraestruras, mesmo que criando alguns postos de trabalho, torna-se urgente estudos (e estão a começar de surgir) sérios e profundos sobre o problema.

Mas a sociedade Urbano-Industrial exige que cada um tenha férias, devendo ser uma "mudança de actividades" e uma "mudança no espaço geográfico". Ligando esta ideia à de aproveitar ao máximo os recursos existentes, abre-se não só uma possibilidade de inter-ajuda e melhor conhecimento entre pessoas de espaços geográficos diferentes, como abre a possibilidade de aproveitamento dum património esquecido, em belos solares e quintas abandonadas.

O turismo como investimento económico tem que estar ligado ao desenvolvimento agro-alimentar e à conservação do património rural e monumental.

O turismo como investimento Socio-cultural exige um apoio aos pequenos investimentos (quartos que se alugam em casas particulares, pequenos restaurantes, pequeno comércio, campos de trabalho etc.). Mas também a permitir que os grupos mais segregados na sociedade, quanto a ter férias, viáveis para as suas

condições, a elas tenham acesso: os idosos, os rurais e as mulheres. Mas subjacente a tudo isto tem que haver uma tomada de consciência diferente deste problema e tem que localmente serem procuradas soluções por associações locais e com a participação activa das autarquias.

O ARTESANATO pode ser estudado como uma forma de produção económica ou como uma forma de produção cultural.

Nesta comunicação gostaria mais de apresentar a necessidade da sua revitalização como uma forma de prestação de Serviços (que se interligue entre outros com o tema do turismo); ainda chamar a atenção para que não pode haver "conservação do património" no sentido mais restrito, sem o artesanato da construção civil (pedreiros-canteiros e labaristas, executores de ferros forjados, de certos tipos de acabamentos murais, etc.); e de todo aquele conjunto de artesãos, que pela sua actividade económica de produção-comercialização, dão vida e significado aos centros históricos das cidades. Como facilmente se verifica não excludo, nem está fora do meu pensamento o interesse económico e cultural da produção artesanal em si mesmo.

Pensar no artesanato, genericamente, pode ser para alguns como um voltar ao Passado e querer parar o progresso. Continuar com o artesanato, será então, sinónimo de um recuo ou de um resíduo da própria evolução.

Mesmo no caso concreto, do artesanato ligado à construção civil, o tema não é isento de opiniões de sinal contrário e de perigos reais da adopção de soluções menos correctas, com o melhor dos objectivos.

O artesanato encarado sob a óptica económica já não é hoje questão de dúvida, constata-se a sua procura por parte de estrangeiros e mesmo emigrantes.

Recuperar o nosso artesanato tradicional é já um negócio, em Portugal

e ainda mais no limiar da entrada para a CEE. Tem ainda o valor econômico da utilização de matérias-primas locais. A incorporação da mão-de-obra, faz-lhe subir o valor de troca numa civilização cansada do fabrico em série e o toque do artista do improvisador, do autor que assina a sua obra, transforma a peça de utilidade, em objecto de arte, peça única, levando-a da feira semanal para o escaparate do antiquário.

E aqui começa a discussão do valor como obra de arte popular e sobretudo do valor da transmissão cultural, de contar ao Futuro o nosso Passado. É a história de um povo que se inscreve, que se pode ler no seu património e são os artesãos os grandes artistas dessa história.

Mas existe também o valor social.

Em primeiro lugar porque é ainda um valor econômico, de subsistência para uma parte importante da população, população idosa, de poucos recursos, sem nenhuma capacidade de sobreviver fora da sua actividade.

Mas há ainda um problema humano que nenhuma medida socio-econômico pode ignorar. O artesão no passado (para nós não muito longínquo) teve/tem uma função importante na sociedade, ele era necessário, mesmo fundamental: médico dos objectos (quando os reparava), mágico dos pequenos detalhes (quando os construía, criando).

Com o artesão, é a "proximidade" imediata que se estabelece. Proximidade com a matéria, proximidade com a clientela. O artesão é uma presença. Mas o artesão não estava só no seu trabalho, era comunidade microscópica, familiar, era uma célula que tinha uma certa solidez.

Hoje para lá do aspecto econômico ou cultural que pode ser (re)valorizado, o que pode subsistir dessa comunidade? Como se poderá transformar? Creio que é entre outros, este ponto de solução difícil, num sentido verdadeiro, que reside um dos pontos de clivagem entre uma atitude passeista ou não.

Por outro lado, o artesão está intimamente ligado ao pequeno comércio. Que vende ele? Serviços e/ou produtos.

No passado ele vendia sobretudo Serviços, hoje ele vende sobretudo produtos. O progresso, isto é a sociedade de consumo, poderá levá-lo a ser só um fabricante de produtos.

O artesão, com os seus utensílios próprios, introduz a mão no trabalho, no produto a criação pessoal, é o saber fazer por si, algo. É uma situação intersticial, dentro duma estrutura principal de produção.

A oposição tantas vezes invocada entre, trabalho intelectual-trabalho manual, tem a sua junção, muitas vezes, no artesão. O artesão tem criatividade. Põe-se-lhe pequenos problemas que são resolvidos no quotidiano, permanentemente numa continuidade de renovação. Ao aprendiz é-lhe exigida desde o início, igualmente uma inteligência crítica e creativa, mesmo quando aparentemente repete os mesmos gestos — a obra final é sempre única.

Fundação Cuidar o Futuro

Outro aspecto que surge, com o desenvolvimento económico mas em que o cultural tem um papel muito importante: é o Kitsch. São disso exemplo, na construção civil, as casas dos emigrantes ou as decorações posteriores das habitações de Bairros Económicos.

Este aspecto é fascinante, quando analisado sob o ângulo Socio-Cultural, mas adultera-se quando o objectivo, é a necessidade de vender o produto.

Para vender é necessário agradar à clientela e ao maior número, porque existe também o agradar a uma minoria de elite, mas então surge outra expressão deformada do artesão.

Este aspecto está na base da subsistência de muitos artesãos, tem portanto de ser devidamente ponderada e não combatido pura e simplesmente.

Ao tentar soluções de sobrevivência muitos são os perigos, e há falsas soluções e falsas respostas, quando encarado só o produto do ponto de vista económico-social.

Mas ao contrário do que pode parecer penso que o futuro é dos artesãos, é o cada vez mais voltar a fornecer serviços e não produtos. Terá que haver cada vez mais quem mantenha os objectos, quem os repare, quem com meios pobres e imaginação crie e recrie formas novas.

Aumentar a qualidade de vida, será antes de mais aumentar os serviços. Trata-se de aumentar os serviços, para diminuir a quantidade de bens produzidos, de diminuir o fluxo de bens, porque a possibilidade de obter esses produtos, é limitada. É limitada para todos neste mundo (haja em vista os aspectos que reveste o crise económica actual) mas é já limitada a curtíssimo prazo para a quase totalidade da população portuguesa.

Há portanto aqui um campo ilimitado para o artesão, não para o artesão-artista, mas do artesão no sentido etimológico e corrente do termo.

Por último a ligação entre o artesão e a rede urbana é a ligação entre o artesão e a sua clientela.

Fundação Cuidar o Futuro

Pela especificidade do trabalho que executa tem de estar próximo daqueles a quem serve, mas também próximo da sua casa. Casa-trabalho é um binómio indissociável. Não tem horários fixos, o trabalho termina quando acaba, ou quando o parar, não põe em perigo a qualidade da obra.

A animação dos centros antigos das cidades e vilas estava muito na contribuição colorida e sonora dos seus artesãos. Com o seu trabalho, era o acontecimento, era a ruptura na rotina, era uma parcela de arte para os olhos de quem passava. Era o diálogo que se estabelecia.

Todas estas razões levam à reactivação dos centros históricos e das aldeias, com verdadeiras actividades artesanais. E a atribuir-lhe a sua função auxiliar mas necessária no desenvolvimento tecnológico.

- Em síntese, penso que com as ideias que exprimi, traduzem a necessidade de não perder as técnicas artesanais para a conservação do património.
- De por outro lado, ter mostrado a importância da actividade artesanal ao nível das aldeias e dos centros históricos das cidades.
- E ainda ter chamado a atenção do artesanato de serviços, que por vezes é esquecido na inventariação da produção artesanal.
- E por último, de que o turismo em Portugal vai ser um sério motor do artesanato, que se não for acompanhado de outras medidas, culturais e sociais, será só um motor do artesanato como produção económica, com todos os inconvenientes que tentei referir.

Para ajudar a equacionar soluções globais e locais mais correctas existem já um certo número de ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO (ou de defesa da qualidade de vida) com diversas acções que justificam plenamente a sua existência.

Fundação Cuidar o Futuro

O enquadramento legal é-lhes dado através do D.L. 594/74 (direito de associação); a representatividade local dá-lhes direito a surgirem no Conselho Municipal, ou de intervirem depois da ordem de trabalhos, nas reuniões da Assembleia Municipal. Mas são também consideradas interlocutores válidos com o poder central, tendo muitas vezes conseguido apoios por projectos concretos, de alto valor.

São portanto interlocutores privilegiados na "Conservação do património", entre o poder central e o poder local. Têm um papel muito importante nas acções pedagógicas locais e na acção sobre a opinião-pública.

A acção das Associações de Defesa do Património corresponde plenamente à "Conservação integrada", entre os utentes e os diferentes serviços públicos, sendo a sua cooperação, desde a inventariação, até à reabilitação do património.

IV - ANÁLISE SUMÁRIA DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS PORTUGUESAS

1 - Os casos que passaram de 1977 a 79 pela Direcção de Habitação do Centro (Fundo de Fomento da Habitação) foram na maior parte dos casos experiências pontuais, sem grande continuidade mas sobre os quais valeria a pena fazer um estudo sistemático.

- LAMEGO - D. Regulamentar nº 23/79 de 21 de Maio (e o estudo realizado em 1977/78).
- VISEU
- MONTEMOR-O-VELHO
- SÃO PEDRO DO SUL
- CASTELO MENDO
- PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA
- COVILHÃ
- ÓBIDOS

Fundação Cuidar o Futuro

Por razões profissionais, tive ainda contacto com outras experiências na zona norte do país que são notáveis a vários títulos e de projecção internacional.

- a experiência do processo SAAL no Porto
- a renovação do Barredo-Ribeira
- os centros históricos de

Guimarães - D. Regulamentar nº 24/79 de 22 de Maio.

Braga - D. Regulamentar nº 25/79 de 23 de Maio.

Amarante - D. Regulamentar nº 28/79 de 25 de Maio.

- todo o Programa PRID (Programa de Renovação de Imóveis Degradados) a nível nacional.

(1) Embora tenha sido este capítulo que deu origem ao título inicial desta comunicação, não me é possível apresentá-lo visto ter sido pensado para ter uma comunicação áudio-visual, prejudicada pelo meu destacamento entretanto para Lisboa.

Dispensamo-me entretanto de inumerar aqui toda a legislação que existe em Portugal (mais que suficiente) para suporte destes trabalhos e que apresentei em 1978/79, no curso de Conservação do Património Arquitectural e Urbano, do Colégio Europa em Brugge (Bélgica).

Existem ainda experiências levadas a cabo pela D.G. dos Monumentos Nacionais, pela Comissão do Ambiente e talvez por outros organismos mais, de que tenho só algumas referências vagas.

Gostaria de todo este conjunto de experiências destacar algumas que me parecem ter um outro aspecto mais notável. Dado o carácter desta comunicação não apresento todos os casos deixando, essa informação para o debate caso seja considerado de interesse.

2. - MONTEMOR-O-VELHO

A DHC começou por ser chamada pela Câmara Municipal para ajudar a resolver o problema do desabamento de uma habitação, tendo-se verificado no local existirem diversos problemas do mesmo tipo, em toda a parte antiga do aglomerado, situado no monte à volta do Castelo.

A partir duma troca de orientações por escrito e na sequência das reuniões havidas, o GAT da Figueira da Foz ficou encarregado de elaborar um estudo de proposta da renovação de algumas habitações e de mais estudos tendentes a limitar uma acção de "Renovação" na zona à volta do Castelo.

Com o início de 1979 e com as disposições havidas relativamente a este programa, entre Poder Central e Poder local, esta operação que se mostrou cheia de potencialidades entrou num impasse.

3 - CASTELO MENDO

Castelo Mendo é uma das freguesias do concelho de Almeida que fez um

pedido em Julho de 1978 à S.E.. das Obras Públicas, que em seguida co
lheu pareceres das restantes S . E. do MHOP sobre o problema exposto.
Num ofício da SE OP de Novembro /78 dirigido ao S.E.H. refere entre
outras coisas o seguinte:

- Pedem "... o restauro e valorização da antiga vila de Castelo Mendo, uma das freguesias com mais curiosidades históricas da Região Ribai-Côa..."
- Sugerem "... a sua revitalização ... em íntima ligação e complementarmente à própria valorização da Vila de Almeida, já iniciada há anos..."
- Indicam Castelo Mendo como "... aglomerado com potencialidades culturais e turísticas de grande relevância naquela vasta região Beirã".
- "... O início da construção de uma pousada em Almeida, no corrente ano, poderá constituir o detonador de uma série de acções ... se se vierem a inserir em contexto mais lato de promoção socio-económico das suas populações, profundamente carenciadas".
- E ainda "... o papel decisivo que em acções deste tipo poderá caber ao Fundo de Fomento da Habitação, através da recuperação de habitações degradadas..."
- Após prospecção de carências e potencialidades sugerem a "... revitalização global do aglomerado..." ou seja o estabelecimento de ...
... uma "Carta de Intenções" que "... possa progressivamente, vir a ser desenvolvido coordenadamente por cada um dos departamentos intervenientes..."
- Por último a S.E.D.P. despachou, determinando o seguinte:

"Ouçam-se a SEOFRHA e SEH

Em face das orientações e esquemas de colaboração a que se chegar encarar-se-á a possibilidade de contactar com técnicos exteriores se necessário".

Este exemplo mostra bem como existe uma consciência a diversos níveis do poder da urgência e importância destes problemas.

4 - SERRA DA ESTRELA

Em Agosto de 1977 foi um técnico da DHC a uma visita de estudo e prospecção da área do Parque Natural da Serra da Estrela, organizada pelo respectivo Serviço ligado à S.E. do Ambiente, para estabelecer a colaboração da DHC (entre outros Serviços do MHOP com sede em Coimbra) para resolver problemas de renovação de aldeias (no caso da DHC) existentes na área do Parque.

O Parque está hoje abrangido pela Portaria nº 409/79 de 8/8/79 que "aprova o Regulamento Geral do Parque Natural da Serra da Estrela", cujo artº. 1 alínea c), refere claramente a matéria aqui focada.

Entretanto, esta colaboração com o FFH, nunca foi oficializada, que seria todavia do maior interesse.

5 - COVILHÃ

Diversos pedidos quer verbais, quer incluídos em ofícios destinados a outros programas, visando fundamentalmente duas zonas: áreas degradadas na cidade da Covilhã (zonas de habitação operária do século XIX); e habitações degradadas incluídas num estudo urbanístico/habitacional, de conjunto, realizado para Unhais da Serra.

6 - ÓBIDOS

Começou por se realizar uma visita ao local às habitações concluídas

e habitadas; às obras em curso; aos edifícios já adquiridos pela C.M.O. e a outros à espera de serem iniciadas as obras; e a edifícios em ruínas cujos proprietários pretendem vender à C.M. de Óbidos esses edifícios e terreno.

Dessa visita saíram na altura algumas conclusões:

1º - Verificou-se ser de uma necessidade urgente e imperiosa a remoção de ruínas no interior do aglomerado, sendo de salientar o direito de opção na compra de prédios por parte da C.M.O., e a existência de vários casos de oferta à C.M.O. por parte dos proprietários dos referidos edifícios.

2º - Verificou-se que as obras são de total reconstrução, pois em muitos casos mesmo as paredes exteriores não oferecem segurança; as obras são efectuadas por administração directa da C.M.O., a C.M.O. criou após 1975 um corpo de operários especialmente treinado neste tipo de obras (pedreiros, serventes e outros), que integrou no seu quadro; além de ter comprado maquinaria ^{com} que levou a cabo estas obras.

3º - Verificou-se que as obras efectuadas correspondem a uma integração cuidadosa no ambiente envolvente, embora utilizando o recurso a meios económicos, pelo que responde por um lado às perfeitas condicionantes urbanístico/históricas dum aglomerado como é Óbidos, mas além disso a despesa, do terreno à remodelação, não atinge os 400 contos/foogo, o que fica longe dos custos normalmente atingidos pelas habitações noutros programas financiados pelo F.F.H.

4º - Verificou-se ainda que a C.M.O. uma vez efectuadas as obras aluga as habitações a pessoas carenciadas, tendo de momento alojado funcionários da própria Câmara, alguns que viviam em péssimas condições

e com menores recursos económicos, cobrando uma renda de 20% sobre o rendimento do agregado familiar, o que dá origem a rendas-rendimento, que tem sido considerado da maior justiça-social.

5º - Pode ainda verificar-se que atendendo a que Óbidos é um cartaz turístico internacional para milhares de turistas, por todas as razões, e ainda por mais este interesse colectivo, é da maior necessidade continuar a apoiar a C.M.O. no seu trabalho de limpeza da Vila das ruínas, dum maneira correcta urbanísticamente, criando postos de trabalho e não perdendo técnicos tradicionais na construção regional portuguesa e ainda aumentando o património em habitações, numa zona de carências globais em habitações.

6º - Verificou-se ainda possuir a C.M.O. projectos das obras que têm vindo a remodelar estando outros a ser concluídos, tendo sido enviados em devido tempo ao FFH conforme pedido do mesmo; propôs ainda a C.M.O. que caso o FFH necessitasse de mais elementos técnicos estes poderiam ser fornecidos pela sua Secção Técnica.

Ainda em 1977 foi elaborado um Parecer muito detalhado e documentado sobre esta operação que terminava, resumindo:

"parece-nos ser de dar continuidade a esta obra de "Renovação Urbana", com as características técnicas de gestão e execução que têm tido, sendo só de verificar a viabilidade das actuais condições financeiras, não excluindo a hipóteses de vir a estender operações deste tipo a outras localidades que reünam as condições requeridas".

Também esta operação viu-se esquecida e tem atravessado uma fase de impasse com todas as consequências que facilmente se avaliam.

7 - A RENOVACÃO DO BARREDO-RIBEIRA (no Porto)

Por último refiro uma experiência sobre a qual possuo alguns dados, em bora sem um conhecimento directo de trabalho meu.

Em Setembro de 1974, foi criado o Comissariado do Barredo-Ribeira, por um Despacho Conjunto MAI e SEH. Anteriormente, por diversas vezes ti- nham ^{sido} feitos vários estudos técnicos, sem soluções de saída administra tiva-financeira.

Esta intervenção do Governo Central, numa zona da cidade do Porto, teve uma evolução no sentido duma progressiva e maior articulação com o Poder Local, tendo chegado a uma fase de um Protocolo de Acordo, as sínado por ambas as partes.

Em 1979 a operação entrou num período de difícil sobrevivência como os demais casos.

Fundação Cuidar o Futuro

Até à data, cerca de 100 fogos foram recuperados em condições técnicas extremamente complicadas, por vezes, como poderá ser visto no local (ruas muito estreitas: prédios em altura, com vários pisos; estado extremo de degradação; edifícios sobreocupados, etc.).

Entretanto, esta operação começou a ser conhecida no estrangeiro, quer pelo número de estrangeiros (técnicos e políticos) que a visitaram, quer porque já foi objecto de comunicações apresentadas a congressos internacionais.

Para o nosso país foi, pelas suas características geográficas, históricas, sociológicas e técnicas, uma intervenção-tipo, que dinamizou outros embriões de Renovação Urbana. Sem a experiência do Barredo não teriam sido possível declarar "área crítica de recuperação e reconversão urbanística" os centros históricos de Lamego, Guimarães, Braga e Amarante, em Maio de 1979; e por outro lado, esta deve muito da sua di

nâmica à "experiência SAAL" no Porto, com todo o seu aspecto técnico essencialmente, de renovação urbana.

Mas pioneira porquê?

Voltando ao texto mais recente da carta de Veneza, pode de uma forma directa, encontrar-se a aplicação prática dos princípios teóricos aí enunciados.

"Conservar a vida, a unidade e a continuidade das comunidades humanas urbanas... um valor urbanístico e arquitectural... testemunho duma estrutura política, social, económica ou cultural" (artº 14º), são razões de base que sempre estiveram presentes em todos os estudos técnicos sobre o Barredo.

Mas já quanto ao enquadramento dado ao "direito ao local" das populações residentes, e ao ter ensaiado formas democráticas de deslocar as populações excedentárias, tornou-se a experiência do Comissariado do Barredo, em certa medida, pioneira (dado que a experiência do SAAL, foi cortada a meio deste seu percurso). E cabe aqui lembrar o "...respeito dos direitos adquiridos pela população do local, para a qual a estrutura física do lugar é o suporte muitas vezes indispensável às suas actividades económicas e às suas relações sociais" (artº 15º).

Estas características da experiência, conduziram "a equipa técnica e administrativa a sediar-se na área, sujeitando-se assim uma inter-actuação global com a problemática local, o que é um esplêndido exemplo de desconcentração com responsabilização quotidiana perante as populações", segundo palavras dum técnico que viveu no quotidiano estes problemas.

No artº 16º da Carta de Veneza, "a salvaguarda e a reabilitação ...

não pode ser assegurada quer por uma integração viva no quadro físico da vida social... presença necessária do passado como factor de identidade e de cultura...", aspectos que o trabalho realizado no local, e interligando-o com o outro local para onde foi deslocada parte da população, é um dos aspectos inovadores.

Mas esta operação conduziu os técnicos e operários da construção civil das empresas às quais as obras estão adjudicadas, a considerar modos diferentes de trabalhar, em relação aos tradicionais, tendo sido ensaiadas técnicas de construção diferentes das usuais.

Um dos aspectos sempre focados por quantos não apoiam este tipo de operações, é que são obras caras, inoportáveis para um país pobre, como Portugal. Embora "os trabalhos de salvaguarda... tendo todavia de ter em conta a dimensão económica que a sua execução comporta" (artº 17º), a verdade é que já existem valores numéricos compilados elucidativos, se for considerada, uma zona como um conjunto, um prédio mais caro (por razões técnicas) é equilibrado por um mais barato, o que origina médias de custos perfeitamente equiparáveis às construções novas; isto sem entrar em linha de conta com todas as outras vantagens, que uma operação destas envolve, muito especialmente em custos sócio-culturais.

Dispensamo-nos de citar os artº 18 e 19º que englobam toda a filosofia que deve estar subjacente a qualquer programa de Renovação Urbana do ponto de vista urbanístico e que são pontos fundamentais para este Seminário, já referidos atrás.

8 - Já durante o tempo de preparação dos PA no FFH (nomeadamente revisão do PA/78 e PA/79) os problemas deste programa foram referidos

por diversas vezes: inadequada legislação; falta de coordenação com outros organismos (mesmo dentro do MHOP); falta de um "Inventário" do nosso "Património" e das carências habitacionais (em termos qualitativos e regionais); por último, o desconhecimento dos Poderes da avaliação crítica da aplicação deste programa e do PRID (avaliação sob a óptica de que é também um Programa de Renovação de Imóveis Degradados).

Neste momento a situação actual é de impasse total:

Paralisação de todas as iniciativas

- porque se desconhece quem é responsável;
- porque se desconhece quem financia;
- porque existe um desinteresse dos serviços públicos para este problema.

As forças conservadoras no sentido do mais atrasado do termo (quer a nível da administração local, quer a nível da administração central) temem experiências com este dinamismo.

Para lá deste aspecto, de mentalidade ultrapassada, mesmo em comparação com as forças conservadoras de todos os outros países, existe a necessidade que o OGE/80 contemple estes programas.

E muito especialmente em operações de envergadura (sócio-cultural e económico-financeiro) deveria ser aberta uma discussão e tomada uma posição clara sobre se:

- a renovação urbana deve ou não passar exclusivamente para a alçada das Autarquias-locais?
- e quais alternativas e implicações que daí virão?

Mas estes pontos de discussão entram nos aspectos que julgo serem já

de conclusão desta comunicação, relativamente à articulação entre Ser
viços (3).

Nota final - 1) O Capitulo IV não foi lido no Seminário por não ter sentido sem a projecção de diapositivos que lhe estava subjacente;

2) Os capitulos II e III sô por facilidade em escrever, foram desdobrados, visto dizerem respeito ao mesmo tema "Conservação Integrada", e por outro lado, eram o suporte teórico da projecção de diapositivos pelo que, se tivesse sido feita, teria havido referências interligadas entre a "Conservação" e os exemplos práticos da "Renovação".

(3) Para este ponto da Comunicação utilizei em parte informações que tenho escrito sobre esta matéria e que não gostaria de deixar de referir.

V - CONCLUSÕES

Para finalizar esta extensa comunicação julgo que dela podem sair:

- 1 - RECOMENDAÇÕES à Conferência de 1980
- 2 - INVESTIGAÇÕES sobre assuntos urgentes de estudo e decisão.

TURISMO

ARTESANATO

PODER LOCAL/PODER CENTRAL

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL

etc

3 - COOPERAÇÃO ENTRE SERVIÇOS E ENTIDADES

Tornando-se urgente reforçar a nível regional a colaboração inter-serviços (inter-Ministérios).

- Como entidade coordenadora: penso que têm uma situação previligiada as Comissões Regionais de Planeamento (ponto 7.1. do programa do V Governo) - A DISCUTIR.

- como acções deveria haver: "programas integrados" de desenvolvimento regional (ponto 7.2. - entre outros - do programa do V Governo)- A DISCUTIR.

Hayari de Rocha

ANEXO - I

Les ensembles traditionnels urbains et ruraux.

- Art. 14. La sauvegarde et la réhabilitation des ensembles traditionnels visent en particulier, à conserver la vie, l'unité et la continuité des établissements humains urbains et ruraux revêtus d'une valeur urbanistique et architecturale particulière, portant témoignage d'une structure politique, sociale, économique ou culturelle. A cette fin on y maintiendra ou on y réintroduira une fonction utile à la société compatible avec sa structure et la nature des bâtiments et des sites qui les composent.
- Art. 15. Tout en assurant le libre accès à l'habitat dans les villes, quartiers et villages historiques, une attention particulière doit être portée au respect des droits acquis par la population en place pour laquelle la structure physique du lieu est le support souvent indispensable à ses activités économiques et à ses relations sociales.
- Art. 16. La sauvegarde et la réhabilitation des ensembles traditionnels, ne peut être assurée que par une intégration vivante dans le cadre physique de la vie sociale auquel elle apporte la présence nécessaire du passé en tant que facteur d'identité et de culture et de garant de la diversité indispensable de l'environnement bâti.
- Art. 17. Les travaux de sauvegarde exécutés dans les ensembles traditionnels doivent s'inspirer des principes énoncés dans les articles précédents, traitant de la conservation et de la restauration, tout en tenant compte de la dimension économique que leur exécution comporte.

Art. 18. La sauvegarde des ensembles traditionnels n'est efficace et ne doit donc se concevoir que dans le cadre des programmes généraux d'aménagement du territoire et des plans régionaux et locaux d'aménagement et d'urbanisme. Elle en constitue une part essentielle que l'unicité de sa substance irremplaçable par des valeurs identiques une fois détruite, revêt d'une valeur prioritaire.

Art. 19. L'assainissement et l'adaptation des structures urbaines et de l'habitat des ensembles traditionnels aux besoins de la vie moderne doivent être conçus et exécutés dans le respect de leur structures historiques et de leurs caractéristiques spatiales et architecturales. Elles ne peuvent donc altérer ni les proportions, ni l'échelle, ni le rythme des rues et des places, ni la composition, ni la structure, les matériaux ou les éléments caractéristiques de l'architecture des immeubles.

Fundação Cuidar o Futuro

APPEL DE GRENADE

1. L'architecture rurale et son paysage sont menacés de disparition. Ils sont pris en tenaille d'un côté par le développement industriel de l'agriculture qui impose des remembrements draconiens et ne se satisfait plus des constructions anciennes, de l'autre par l'abandon partiel ou total des régions dont l'exploitation agricole n'est plus jugée rentable.

2. La nature surexploitée est l'objet de déséquilibres écologiques dangereux. La nature abandonnée est également le théâtre d'érosions périlleuses. Chacun doit prendre conscience de ces graves dangers et tout doit être fait pour redresser une situation qui ne peut qu'empirer, faute d'un changement radical d'orientation.

3. La préservation du milieu naturel européen de haute qualité nous impose :

(a) de tenir un compte strict des lois écologiques dans la conception des progrès techniques ;

(b) de rechercher tous les moyens de conservation et d'utilisation du patrimoine architectural rural qui est intimement lié aux paysages humanisés de notre continent.

4. Les maux dénoncés découlent des conditions socio-économiques actuelles des communautés rurales. La recherche des remèdes implique la mise à jour des origines précises de cette situation. Tout redressement suppose l'accord et l'effort des communautés intéressées.

5. Cet effort passe obligatoirement par :

(a) une répartition équilibrée des populations sur l'ensemble du territoire ;

(b) la création d'emplois et l'articulation d'activités diversifiées telles que l'agriculture traditionnelle, l'artisanat, les mini-industries, les activités de loisir, etc.

Il conduira à l'épanouissement des communautés et permettra l'intégration des valeurs culturelles rurales dans la culture globale de notre temps. La conservation du patrimoine architectural et paysager en est à la fois un élément et une conséquence essentiels.

6. Cette conservation intégrée doit donc devenir un des objectifs de l'aménagement du territoire. Elle implique une politique à long terme de développement de la société axée sur le respect des rapports harmonieux entre l'Homme et la Nature.